

Banco
Intermedium S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700, Fax +55 (31) 2128-5702
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e aos Acionistas do
Banco Intermedium S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Intermedium S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Intermedium S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob responsabilidade da Administração do Banco, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, cuja apresentação está sendo realizada de forma voluntária pelo Banco. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco Intermedium S.A. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



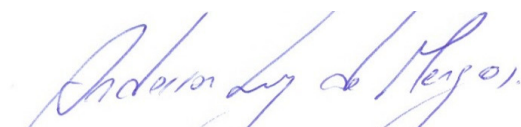
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 25 de janeiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Banco Intermedium S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Exercícios		Passivo	Nota	Exercícios	
		2016	2015			2016	2015
Circulante				Circulante			
Disponibilidades	4	3.087	575	Depósitos à vista	12a	43.454	21.228
Aplicações interfinanceiras	5	529.050	230.403	Depósitos interfinanceiros	12a	9.638	54.719
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	56.663	53.625	Depósitos a prazo	12a	332.968	323.521
Relações interfinanceiras		439	237	Obrigações por operações	12b	5.133	1.765
Operações de crédito	7	793.550	765.897	Recursos de aceites e emissão de títulos	12b	633.753	648.178
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(100.555)	(66.119)	Relações interdependências		14	-
Operações de crédito vinculadas	7	3.666	14.304	Obrigações por empréstimos e repasse	13	4.510	1.348
Provisão para créditos de liquidação duvidosa vinculados	7	(743)	(1.042)	Obrigações, operações, vendas e transferências	14	2.499	13.865
Outros créditos	8	76.551	39.161	Outras obrigações	15	100.116	103.586
Outros valores e bens	9	37.384	21.396				
Despesas antecipadas	10	15.473	17.138	Total do passivo circulante		1.132.085	1.168.210
Total do ativo circulante		1.414.565	1.075.575	Não circulante			
Não circulante				Exigível a longo prazo			
Realizável a longo prazo				Depósitos a prazo	12a	1.093.912	712.651
Aplicações interfinanceiras	5	-	383	Recursos de aceites e emissão de títulos	12b	559.855	260.705
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	190.397	63.324	Obrigações por empréstimos e repasse	13	32.931	37.893
Operações de crédito	7	1.529.587	1.323.817	Obrigações - Operações, vendas e transferências	14	8.675	12.520
Operações de crédito vinculadas	7	8.675	12.958	Outras obrigações	15	12.366	3.066
Outros créditos	8	11.095	12.150	Total do exigível a longo prazo		1.707.739	1.026.835
Outros valores e bens	9	2.704	520	Patrimônio líquido			
Despesas antecipadas	10	19.764	24.885	Capital social		298.111	281.245
Total do realizável a longo prazo		1.762.222	1.438.037	Reserva de lucros		49.796	48.663
Permanente				(-) Ajuste de avaliação patrimonial		(355)	(118)
Investimentos	11	3.393	4.743	(-) Ações em tesouraria		(2.004)	(1.358)
Imobilizado de uso		5.192	5.122	Total do patrimônio líquido	18	345.548	328.432
Total do permanente		8.585	9.865	Total do passivo não circulante		2.053.287	1.355.267
Total do ativo não circulante		1.770.807	1.447.902	Total do passivo		3.185.372	2.523.477
Total do ativo		3.185.372	2.523.477				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Intermedium S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

		Semestre	Exercícios	
	Nota	2016	2016	2015
Receitas da intermediação financeira				
Operações de crédito	7e	240.894	489.398	366.903
Resultado com aplicações interfinanceiras	5	32.775	51.805	26.809
Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	16.628	21.653	36.676
Operações de vendas de transferência de ativos financeiros		1.281	4.236	16.224
		291.578	567.092	446.612
Despesas da intermediação financeira				
Operações de captação no mercado	12c	(165.432)	(313.196)	(218.724)
Obrigações - Empréstimos e repasses		(1.533)	(2.753)	(2.114)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7d	(40.456)	(85.656)	(58.188)
Operações de vendas de transferência de ativos financeiros		(1.235)	(5.138)	(16.523)
		(208.656)	(406.743)	(295.549)
Resultado bruto da intermediação financeira		82.922	160.349	151.063
Outras receitas (despesas) operacionais				
Rendas de prestação de serviços		7.163	14.620	13.204
Despesas de pessoal		(32.881)	(62.702)	(57.612)
Outras despesas administrativas	20	(33.188)	(61.839)	(49.469)
Despesas tributárias		(7.224)	(15.482)	(15.903)
Resultado de participações em controladas	12	(412)	(2.454)	631
Outras receitas operacionais	21	7.552	15.558	9.774
Outras despesas operacionais	22	(4.948)	(11.397)	(14.957)
		(63.938)	(123.696)	(114.332)
Resultado operacional		18.984	36.653	36.731
Resultado não operacional		(5.183)	(8.608)	(709)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		13.801	28.045	36.022
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	(2.222)	(13.120)	(13.629)
Imposto de renda e contribuição social diferido	17	1.856	10.539	9.582
		(366)	(2.581)	(4.047)
Resultado do semestre/exercícios		13.435	25.464	31.975
Resultado por ação - R\$		1,13	2,15	2,70

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Intermedium S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros						Total
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	269.845	-	4.595	30.844	(107)	-	305.177
Aumento de capital	104	-	-	-	-	-	104
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	31.975	31.975
Destinações propostas:							
Constituição de reserva legal	-	-	1.599	-	-	(1.599)	-
Constituição de reserva de lucros a distribuir	-	-	-	11.625	-	(11.625)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio (R\$ 1,50 por ação)	11.296	-	-	-	-	(18.751)	(7.455)
Ações em tesouraria	-	(1.358)	-	-	-	-	(1.358)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(11)	-	(11)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	281.245	(1.358)	6.194	42.469	(118)	-	328.432
Mutações do período	11.400	(1.358)	1.599	11.625	(11)	-	23.255
Saldos em 30 de junho de 2016	291.586	(1.366)	6.796	41.730	(144)	-	338.602
Aumento de capital	4	-	-	-	-	-	4
Resultado do semestre	-	-	-	-	-	13.435	13.435
Destinações propostas:							
Constituição de reserva legal	-	-	672	-	-	(672)	-
Constituição de reserva de lucros a distribuir	-	-	-	598	-	(598)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio (R\$ 1,03 por ação)	6.521	-	-	-	-	(12.165)	(5.644)
Ações em tesouraria	-	(638)	-	-	-	-	(638)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(211)	-	(211)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	298.111	(2.004)	7.468	42.328	(355)	-	345.548
Mutações do período	6.525	(638)	672	598	(211)	-	6.946
Saldos em 31 de dezembro de 2015	281.245	(1.358)	6.194	42.469	(118)	-	328.432
Aumento de capital	4	-	-	-	-	-	4
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	25.464	25.464
Destinações propostas:							
Constituição de reserva legal	-	-	1.274	-	-	(1.274)	-
Reversão de reserva de lucros a distribuir	-	-	-	(141)	-	141	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio (R\$ 2,05 por ação)	16.862	-	-	-	-	(24.331)	(7.469)
Ações em tesouraria	-	(646)	-	-	-	-	(646)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(237)	-	(237)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	298.111	(2.004)	7.468	42.328	(355)	-	345.548
Mutações do período	16.866	(646)	1.274	(141)	(237)	-	17.116

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Intermedium S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	Semestre	Exercícios	
	2016	2016	2015
Atividades operacionais			
Resultado líquido do semestre/exercícios	13.435	25.464	31.975
Ajustado por:			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	40.456	85.656	58.188
(Reversões)/provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	4.620	8.098	5.557
Resultado de participações em coligadas e controladas	412	2.454	(631)
Depreciações e amortizações	647	1.275	3.328
Tributos diferidos	(1.856)	(10.538)	(9.583)
Resultado líquido ajustado	57.714	112.409	88.834
Variação em ativos e obrigações			
Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez	771	1.103	1.414
Redução (aumento) de relações interfinanceiras	1.300	(203)	(72)
Aumento de operações de crédito	(121.963)	(270.021)	(650.031)
Aumento de outros créditos	(18.001)	(25.796)	(11.489)
Redução (aumento) de outros valores e bens	(6.238)	(13.556)	8.448
Aumento de depósitos	186.282	367.852	317.268
Aumento de recursos de aceites e emissão de títulos	136.468	284.725	395.424
(Redução) aumento de relações interdependências	(50)	14	-
(Redução) aumento de obrigações por empréstimos e repasses	(990)	(1.801)	8.376
Redução de instrumentos financeiros derivativos	(3.579)	-	-
Redução de operações de câmbio	(1.525)	-	-
Aumento de obrigações por operações	1.040	3.368	1.765
Redução de obrigações, operações, vendas e transferências	(3.692)	(16.481)	(76.875)
Imposto de renda e contribuição social efetivamente pagos	(6.175)	(17.071)	(13.264)
Aumento de outras obrigações	7.087	13.511	4.752
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades operacionais	228.449	438.053	74.550
Atividades de investimento			
Aquisição de investimentos	(1.104)	(1.104)	-
Aquisição de imobilizado de uso	(987)	(1.345)	(2.150)
(Aplicação) resgate de títulos e valores mobiliários	(120.718)	(130.346)	66.645
Aquisição de intangível	-	-	1.374
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades de investimento	(122.809)	(132.795)	65.869
Atividades de financiamento			
Aumento de capital	4	4	104
Recuperação de ações da tesouraria	(638)	(646)	(1.358)
Juros sobre o capital próprio pagos	(1.824)	(2.736)	(1.995)
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades de financiamento	(2.458)	(3.378)	(3.249)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	103.182	301.880	137.170
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	428.955	230.257	93.087
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	532.137	532.137	230.257
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	103.182	301.880	137.170

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Intermedium S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	Semestre	Exercícios	
	2016	2016	2015
1. Receitas	271.124	534.178	459.060
1.1 Intermediação financeira	307.836	608.735	500.932
1.2 Prestação de serviços	7.163	14.620	13.204
1.3 Operações de vendas de transf. de ativos financeiros	46	(902)	(299)
1.4 Obrigações por empréstimos e repasses	(1.533)	(2.753)	(2.114)
1.5 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(40.456)	(85.656)	(58.188)
1.6 Outras receitas operacionais	3.251	8.742	6.234
1.7 Não operacionais	(5.183)	(8.608)	(709)
2. Despesas da intermediação financeira	165.432	316.775	218.724
3. Materiais e serviços adquiridos de terceiros	48.764	103.250	123.302
3.1 Materiais, energias e outros	31.090	54.247	39.066
3.2 Serviços de terceiros	17.674	49.003	84.236
4. Valor adicionado bruto (1-2-3)	56.928	114.153	117.034
5. Retenções	(647)	(1.275)	(3.328)
5.1 Depreciações e amortizações	(647)	(1.275)	(3.328)
6. Valor adicionado líquido produzido pelo Banco (4+5)	56.281	112.878	113.706
7. Valor adicionado recebido em transferência	(412)	(2.454)	631
7.1 Resultado de equivalência patrimonial	(412)	(2.454)	631
8. Valor adicionado a distribuir (6+7)	55.869	110.424	114.337
9. Distribuição do valor adicionado	55.869	110.424	114.337
9.1 Pessoal e encargos	32.880	62.701	57.613
9.2 Impostos, contribuições e taxas	7.590	18.062	19.950
9.3 Aluguéis	1.963	4.196	4.799
9.4 Juros sobre capital próprio	8.346	20.512	17.720
9.5 Dividendos propostos no semestre/exercícios	3.820	3.820	1.031
9.6 Lucros retidos no semestre/exercícios	1.270	1.133	13.224

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Banco Intermedium S.A. iniciou suas atividades em fevereiro de 1995, tendo como objetivo principal as operações de crédito e os serviços permitidos pelo Banco Central do Brasil, podendo, nos termos da legislação aplicável, participar em outras sociedades. Por meio de suas controladas, o Banco atua nas áreas de consultoria de mercado financeiro e de capitais, prestação de serviços de cobrança, informações cadastrais a pessoas físicas e jurídicas, prestação de serviços de informática e desenvolvimento de *software*, corretagem e agenciamento.

O Banco atua com foco nos produtos de Crédito Imobiliário, Crédito Pessoal e Crédito para Empresas. A carteira de captações de recursos é composta por portfólio diversificado de produtos de investimentos e conta com as linhas de Captação Cédula de Crédito Bancário (CDB), Letra de Crédito Imobiliário (LCI), Letra de Crédito Agronegócio (LCA), Letra Financeira (LF), Crédito Imobiliário (CRI) e Operações de Câmbio.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo CMN.

Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

- **Resolução nº 3.566/2008** - Redução ao valor recuperável de ativos - CPC 01 (R1);
- **Resolução nº 3.604/2008** - Demonstração dos fluxos de caixa - CPC 03 (R2);
- **Resolução nº 3.750/2009** - Divulgação sobre partes relacionadas - CPC 05 (R1);
- **Resolução nº 3.823/2009** - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - CPC 25;
- **Resolução nº 3.873/2011** - Eventos subsequentes - CPC 24;
- **Resolução nº 3.989/2011** - Pagamento baseado em ações - CPC 10 (R1);
- **Resolução nº 4.007/2011** - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - CPC 23;
- **Resolução nº 4.144/2012** - Pronunciamento Conceitual Básico - CPC 00 (R1);
- **Resolução nº 4.424/2012** - Benefícios a empregados - CPC 33 (R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Os pronunciamentos CPC 23 e CPC 33 não produzem efeitos relevantes na elaboração das demonstrações financeiras do Banco.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva na ata de Reunião da Diretoria de 17 de janeiro de 2017.

a. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes a 2016 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 7** - critério de provisionamento: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito;
- **Nota explicativa 4 e 6** - estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros e de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros;
- **Nota explicativa 8 (b)** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e
- **Nota explicativa 19** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

3 Principais políticas contábeis

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b. Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Apuração de resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata dia*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução BACEN nº 3.604/08, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, aplicações no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e estão apresentados na nota nº 4.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas a custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para perdas por desvalorização, quando aplicável.

f. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão registrados e classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis. O Banco possui papéis classificados em:

- **Títulos disponíveis para venda** - Incluem os títulos contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração do resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido (Ajuste de avaliação patrimonial) até a sua realização por venda, líquidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - São os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos oriundos em contrapartida ao resultado do período.

g. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida em observância aos critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, em modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização de acordo com as características do derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de ativos ou passivos financeiros, compromisso ou transação futura prevista, são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

- **Hedge de risco de mercado:** os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e
- **Hedge de fluxo de caixa:** para os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

h. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pósfixadas. Encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, e são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/99, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
De 0 a 14 dias	A
de 15 a 30 dias	B
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	H

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, e somente serão apropriadas ao resultado quando efetivamente forem recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do BACEN, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

i. Outros valores e bens

Compostos, basicamente, por bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso próprio correspondentes a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação de pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou financiamento. Segundo a Circular do Banco Central do Brasil (BACEN) nº 909 de 11 de janeiro de 1985, o Banco deve dispor desses ativos no prazo de um ano após o seu efetivo recebimento e despesas antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

Com relação aos bens em regime especial, cujo prazo de alienação extrapole um ano, aplica-se o percentual de 100% como provisão para perdas com desvalorização.

A apropriação ao resultado das parcelas de despesas antecipadas com comissão sobre operações de crédito de correspondentes é efetuada de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional.

j. Ativo permanente

(i) Investimentos

Quando há controle ou influência significativa na administração, os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Na inexistência de controle ou influência significativa, os investimentos são registrados a custo de aquisição.

(ii) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, os benefícios e o controle dos bens para a entidade.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). As depreciações são calculadas pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação, 10%, e sistema de processamento de dados, 20%.

k. Redução do valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

Anualmente, sempre na mesma época, o Banco avalia se há indicativo de desvalorização de um ativo.

Se houver evidência de perda, o valor recuperável do ativo é estimado e comparado com o valor contábil. O valor recuperável refere-se ao maior entre o valor justo menos custos de venda e o seu valor em uso.

l. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e dos passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009, conforme critérios, a saber:

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Passivos contingentes (quando aplicável):** decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e de que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança.

As contingências são classificadas como: (a) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (b) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (c) remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

m. Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/PASEP e COFINS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro - até agosto de 2015	15%
Contribuição Social sobre o Lucro - a partir de setembro de 2015	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.555/2006 e CMN nº 4.192/2013.

A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos reconhecidos no resultado.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e os passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias que não afetem nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Banco seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e às diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Banco espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

n. Outros ativos e passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes - são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas estão integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

o. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que originam ajustes).
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes).

Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2016.

p. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

O Banco Intermedium S.A. elaborou, de forma espontânea, a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

q. Lucro por ação

O lucro por ação do Banco é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias e preferenciais totais.

r. Stock option

O Plano de Opção de Compra de Ações Preferenciais Intermedium, instituído nos termos do art. 168, § 3º, da Lei nº 6.404/76, é uma iniciativa do Conselho de Administração do Banco, por meio do qual serão outorgadas, aos administradores, aos executivos e aos colaboradores do Intermedium, opções para aquisição de Ações Preferenciais do Banco Intermedium S.A., com vista a incentivar o desempenho e favorecer a retenção de administradores, executivos e colaboradores do Intermedium, na medida em que sua participação no capital social do Banco permitirá que se beneficiem dos resultados para os quais tenham contribuído e que sejam refletidos na valorização do preço de suas ações, formando assim, com os acionistas do Intermedium, uma comunhão de interesses.

O Banco está autorizado a aumentar, independentemente de reforma estatutária, o Capital Social em até mais 282.006 (duzentas e oitenta e duas mil e seis) ações preferenciais nominativas, observadas as regras do regulamento aprovado pelo Conselho de Administração.

Este plano iniciou-se no ano de 2012 e encerrará em 2021. A primeira tranche, que iniciou em 2012, será concluída em 2017, com uma desvalorização de ações dos acionistas de aproximadamente R\$1.700. Para as tranches de 2013 e 2014, que se encerrarão no ano de 2020 e 2021, respectivamente, não haverá custo para o Banco, uma vez que os colaboradores elegidos terão o direito de exercer a opção de adquirir outras 187.630 ações preferenciais, pelo valor unitário de R\$22,13.

Para as tranches de 2013 e 2014, caso o colaborador não exerça a opção ou seja desligado do Banco, ele perderá o direito. Uma vez exercidas as opções, o outorgado não poderá vender, transferir ou alienar tais ações, bem como aquelas que venham a ser por ele adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrição ou qualquer outra forma de aquisição, desde que tais direitos tenham decorrido para o adquirente das ações objeto do Plano, pelo período mínimo de 5 (cinco) anos contados da data do recebimento da primeira oferta de ações a ele oferecidas pelo Banco.

Em 2016 foi lançado um novo Plano de Opção de Compra de Ações, que entrará em vigor em 2017 e se encerrará em 2021, no qual o Banco poderá aumentar o Capital Social em até mais 76.000 (setenta e seis mil) ações preferenciais nominativas, segregadas em cinco tranches, observadas as regras do regulamento aprovado pelo Conselho de Administração. As opções que tornarem-se exercíveis terão o valor unitário de R\$27,71, podendo ser exercidas pelo participante em até três anos do decurso do último período de carência.

A participação do outorgado no Plano não interfere em sua remuneração e não confere a ele direito de manter seu vínculo com o Banco.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Disponibilidades	3.087	575
Aplicações interfinanceiras de liquidez* (90 dias), vide Nota 5	529.050	229.682
Total de caixa e equivalentes de caixa	532.137	230.257

(*) Referem-se a operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e apresenta risco insignificante de mudança de valor justo.

5 Aplicações interfinanceiras

As aplicações interfinanceiras de liquidez têm a seguinte composição:

	2016	2015
Posição Bancada		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	151.147	2.002
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	312.669	60.310
Nota do Tesouro Nacional (NTN)	10.003	166.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros		
CDI - Banco do Brasil S.A.	-	1.475
CDI - Banco BTG Pactual S.A.	15.064	-
CDI - Paraná Banco S.A.	5.021	-
CDI - Banco Votorantim S.A.	35.146	-
Total	529.050	230.786
Circulante	529.050	230.403
Não circulante	-	383

O vencimento dos papéis está demonstrado abaixo:

	2016					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Papel						Total
Aplicações em CDI	55.231	-	-	-	-	55.231
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	151.147	-	-	-	-	151.147
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	312.669	-	-	-	-	312.669
Nota do Tesouro Nacional (NTN)	10.003	-	-	-	-	10.003
Total	529.050	-	-	-	-	529.050
	2015					
	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Papel						Total
Aplicações em CDI	371	721	383	-	-	1.475
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	2.002	-	-	-	-	2.002
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	60.310	-	-	-	-	60.310
Nota do Tesouro Nacional (NTN)	166.999	-	-	-	-	166.999
Total	229.682	721	383	-	-	230.786

Em 31 de dezembro de 2016, os saldos de títulos em posição bancada e o montante dos depósitos interfinanceiros, referem-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento, portanto, foram considerados como equivalentes de caixa.

As rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez foi:

	2º semestre 2016	31.12.2016	31.12.2015
Posição Bancada	30.687	49.633	26.524
Depósitos Interfinanceiros	2.088	2.172	285
Total	32.775	51.805	26.809

6 Títulos e Valores Mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

São representados por Títulos Públicos Federais (LFTs) e também pelos valores atualizados das cotas de Securitização de Créditos Imobiliários, constituídas pela cessão sem coobrigação de carteiras de créditos imobiliários do Banco.

Os títulos e valores mobiliários podem ser apresentados como segue:

- Classificação por tipo de papel e vencimento

2016							
	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado/ contábil	Custo de aquisição atualizado
Carteira Própria							
Disponível para venda	-	14.605	43.504	70.334	76.559	205.002	205.357
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	14.605	43.504	70.334	76.559	205.002	205.357
Títulos mantidos até o vencimento	41.732	-	-	-	-	41.732	41.732
Cotas de fundos de investimento	34.893	-	-	-	-	34.893	34.893
BZS Securitização	6.839	-	-	-	-	6.839	6.839
Total	<u>41.732</u>	<u>14.605</u>	<u>43.504</u>	<u>70.334</u>	<u>76.559</u>	<u>246.734</u>	<u>247.089</u>
Total do circulante					56.337		
Total do não circulante					190.397		

2016							
	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado/ contábil	Custo de aquisição atualizado
Carteira Própria							
Disponível para venda	-	29.617	12.810	38.163	7.663	88.253	88.371
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	29.617	12.810	38.163	7.663	88.253	88.371
Títulos mantidos até o vencimento	24.008	-	4.688	-	-	28.696	28.696
Cotas de fundos de investimento	24.008	-	-	-	-	24.008	-
BZS Securitização	-	-	4.688	-	-	4.688	28.696
Total	<u>24.008</u>	<u>29.617</u>	<u>17.498</u>	<u>38.163</u>	<u>7.663</u>	<u>116.949</u>	<u>117.067</u>
Total do circulante					53.625		
Total do não circulante					63.324		

(a) Securitização da carteira de Crédito Imobiliário

O Banco Intermedium, dando continuidade à estratégia de sustentabilidade no segmento de Crédito Imobiliário, realizou no primeiro trimestre de 2013 a primeira emissão de Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRIs), composta por créditos pulverizados, avaliados pela agência de risco Fitch Ratings com nota A+, totalizando o valor de R\$22,2 milhões.

No terceiro trimestre de 2013, realizou a segunda emissão, no valor de R\$17,1 milhões, avaliada pela agência de risco Standard & Poor's com nota AA.

O coordenador-líder dessas securitizações é o Banco Votorantim, a securitizadora é a Brazilian Securities e o custodiante a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários S.A. Os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) foram emitidos com prazo de duração de oito anos.

No caso das cotas de classe sênior da securitização a taxa de retorno prevista como benchmark é de IGP-M + 6% a.a. para a primeira emissão e IGP-M + 6,80% a.a. para a segunda. As cotas subordinadas têm seu valor de rendimento obtido pela diferença entre o saldo das cotas de classe sênior e a valorização total.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8 (e), as operações de crédito vinculadas à securitização perfazem o montante de R\$12.341 em 31 de dezembro de 2016 (2015: R\$27.663), e o valor das cotas detidas pelo Banco é de R\$6.839 (2015: R\$4.688).

As informações sobre a mensuração do valor justo estão incluídas na Nota Explicativa nº 6, e as informações sobre a exposição do Banco a riscos de mercado e de crédito estão incluídas na Nota Explicativa nº 23.

- As rendas de títulos e valores mobiliários foi:

	2º semestre 2016	31.12.2016	31.12.2015
Rendas de títulos de renda fixa	9.591	15.537	26.524
Rendas de aplicações em fundos de investimento	3.132	5.790	285
Total	12.723	21.327	26.809

Tais rendas estão registradas na rubrica “Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos”.

a. Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelo FIDC

Em 7 de novembro de 2011, foi constituído o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Intermedium Créditos Consignados II (FIDC II), administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários S.A. com prazo de duração de quatro anos. Seu encerramento ocorreu em março de 2015.

b. Montante e natureza dos créditos, obrigações, receitas e despesas entre o Banco Intermedium S.A. e o FIDC, ativos transferidos pelo Banco Intermedium S.A. e direitos de uso sobre ativos do FIDC

No exercício de 2015 o Banco encerrou o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Intermedium Créditos Consignados II (FIDC II). Os resultados de operações já existentes com o fundo foram reconhecidos da seguinte forma no exercício findo em 31 de dezembro de 2015: (a) receita de operações de vendas e transferência de ativos financeiros do fundo, no valor de R\$1.952, e (b) despesas de vendas e transferência de ativos financeiros, no valor de R\$864.

Adicionalmente, por conta da manutenção de aplicação em cotas subordinadas no fundo, o Banco reconheceu contabilmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, receita de R\$9.323 na rubrica “Rendas de títulos e valores mobiliários”.

c. Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor do FIDC II

O Banco Intermedium S.A. não ofereceu nenhum tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do FIDC ou de seus investidores.

d. Instrumentos financeiros e derivativos

O Banco Intermedium participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender às necessidades próprias para administrar sua exposição global. Essas operações envolvem derivativos de futuros de operações de *swap*, e a política de gestão de riscos é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pelo Banco.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou em cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

O Banco tem parte de sua carteira de crédito imobiliário indexada ao Índice Geral de Preços (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas e conta com a maior parte de sua captação em LCI indexada à taxa DI (Déposito Interfinanceiro). Com o objetivo de buscar a proteção da receita da instituição em relação às oscilações do IGP-M, a administração optou por realizar operações de *swap* cujas pontas se invertem em relação à parte de suas carteiras ativas e passivas. Foram pactuadas operações com derivativos em que o Banco deve pagar a variação do IGP-M mais cupom, e receber um determinado percentual da variação do DI, em uma data determinada.

Estas operações foram realizadas via BM&FBovespa e contam com margem de garantia e controle por esta Bolsa. Em 31 de dezembro de 2016, o Banco Intermedium possui 04 (quatro) contratos de *swap* ativos, cada um deles com *Notional* de R\$50.000 (cinquenta milhões de reais), registrados na BM&FBovespa sob os números 60421336, 60421337, 60421338 e 60421339, com vencimentos em 5 de setembro de 2017, 07 de maio de 2018, 05 de novembro de 2018 e 02 de janeiro de 2019, respectivamente. A operação de *swap* é a troca de riscos entre duas partes, consistindo em um acordo para duas partes trocarem o risco de uma posição ativa (credora) ou passiva (devedora), em data determinada, com condições previamente estabelecidas. As operações de *swap* padronizadas são registradas na BM&FBovespa e contam com depósito de margem de garantia cujo valor pode ser ajustado a qualquer momento por esta.

O instrumento derivativo foi utilizado com objetivo de proteção dos riscos relacionados a descasamento de indexadores entre as carteiras de ativos e passivos, especificamente entre taxa de juros e variações de índice de preços e são reconhecidos pelo valor justo no resultado do exercício. O valor justo é aquele que, de acordo com as condições de mercado, seria recebido pelos ativos e pago na liquidação dos passivos, sendo calculado com base nas taxas praticadas em mercados de Bolsa.

(i) Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação

	Valor de Referência	2016				Valor Diferencial (a pagar) a receber
		Valor de Custo		Valor de Mercado		
		Banco	Contraparte	Banco	Contraparte	
CDI x IGP-M						
60421336	50.000	54.911	54.675	54.791	54.693	98
60421337	50.000	54.911	54.578	54.689	54.830	(141)
60421338	50.000	54.911	54.420	54.610	54.457	153
60421339	50.000	54.911	54.390	54.586	54.370	216
Total	200.000	219.644	218.063	218.676	218.350	326

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a receita de R\$326 com operações com derivativos está apresentada na rubrica “Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos” (2015: R\$0).

(ii) Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos representados, basicamente, por contratos futuros

As garantias para os instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos futuros, foram Letras Financeiras do Tesouro, no montante de R\$20.072.

7 Operações de crédito e provisão para perdas com operações de crédito

O Banco Central do Brasil, por meio da Resolução CMN nº 2.682/99, introduziu critérios para a classificação de direitos creditórios oriundos de operações de crédito, definindo regras que entraram em vigor a partir de março de 2.000, para a constituição de provisão para os créditos de liquidação duvidosa e para a divulgação de dados referentes à carteira, a saber:

a. Composição da carteira, por tipo de cliente e por atividade econômica

	2016	% carteira	2015	% carteira
Pessoa jurídica	268.438	11,37%	273.071	12,76%
Financiamentos imobiliários	813.432	34,44%	645.438	30,16%
Empréstimos imobiliários	409.438	17,33%	324.571	15,17%
Pessoa física	<u>844.170</u>	35,74%	<u>873.896</u>	40,84%
Total de operações de crédito	<u>2.335.478</u>		<u>2.116.976</u>	
Total de operações de crédito (circulante)	793.550		765.897	
Total de operações de crédito vinculadas (circulante)	<u>3.666</u>		<u>14.304</u>	
Total do circulante	797.216		780.201	
Total de operações de crédito (não circulante)	1.529.587		1.323.817	
Total de operações de crédito vinculadas (não circulante)	<u>8.675</u>		<u>12.958</u>	
Total do não circulante	1.538.262		1.336.775	
Outros créditos com característica de concessão de crédito - Circulante (Nota 8)	24.211	1,03%	11.585	0,54%
Outros créditos com característica de concessão de crédito - Não Circulante (Nota 8)	2.087	0,09%	11.413	0,53%
Total de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	<u>2.361.776</u>	100%	<u>2.139.974</u>	100%
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(100.555)		(66.119)	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa vinculados	(743)		(1.042)	
(-) Provisão para perdas com outros créditos com característica de concessão de crédito (Nota 8)	<u>(12.996)</u>		<u>(8.530)</u>	
Total	<u>2.247.482</u>		<u>2.064.283</u>	

Vencimento e direcionamento dos créditos

2016					
	Prestações vencidas a partir de 15 dias	Prestações a vencer			Total
		Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Créditos					
Setor privado					
Pessoa jurídica	2.195	123.434	87.795	55.014	268.438
Financ. imobiliários	18.788	40.025	117.069	637.550	813.432
Emprést. imobiliários	12.943	28.082	57.590	310.823	409.438
Pessoas físicas	19.390	84.551	205.354	534.875	844.170
Outros créditos	12.740	10.069	1.402	2.087	26.298
Total	66.056	286.161	469.210	1.540.349	2.361.776
2015					
	Prestações vencidas a partir de 15 dias	Prestações a vencer			Total
		Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Créditos					
Setor privado					
Pessoa jurídica	20.267	127.329	92.941	32.534	273.071
Financ. imobiliários	7.676	34.904	86.118	516.740	645.438
Emprést. imobiliários	5.935	21.293	58.412	238.931	324.571
Pessoas físicas	7.533	112.559	205.234	548.570	873.896
Outros créditos	586	1.756	9.243	11.413	22.998
Total	41.997	297.841	451.948	1.348.188	2.139.974

b. Composição da carteira por níveis de risco (*rating*)

		2016		2015	
	Percentual mínimo de provisão	Valor da carteira	Provisão	Valor da carteira	Provisão
AA		248.111	-	216.212	-
A	0,50%	1.730.578	8.653	1.636.082	8.180
B	1,00%	124.999	1.250	95.903	959
C	3,00%	81.305	2.439	77.465	2.324
D	10,00%	45.384	4.538	28.915	2.891
E	30,00%	23.504	7.051	18.905	5.672
F	50,00%	22.257	11.128	13.509	6.755
G	70,00%	21.344	14.941	13.576	9.503
H	100,00%	64.294	64.294	39.407	39.407
Total		2.361.776	114.294	2.139.974	75.691

As operações de crédito são compostas, substancialmente, por operações ativas de capital de giro, com garantia de recebíveis, e por operações de crédito pessoal, suportadas por garantias de cheques ou de consignação em folha de pagamento e créditos imobiliários.

Durante o exercício de 2016, o total de créditos recuperados foi de R\$13.344 (2015: R\$8.089) de créditos renegociados foi de R\$49.872 (2015: R\$35.215) e de créditos compensados como prejuízo foi de R\$47.053 (2015: R\$31.067)

c. Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	<u>Semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	2016	2016	2015
Saldo inicial	(97.393)	(75.691)	(47.369)
Provisão constituída	(46.796)	(96.702)	(73.514)
Reversão de provisão	6.340	11.046	14.125
Baixas para prejuízo	23.555	47.053	31.067
Saldo final	<u>(114.294)</u>	<u>(114.294)</u>	<u>(75.691)</u>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7a)	<u>(100.555)</u>	<u>(100.555)</u>	<u>(66.119)</u>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa vinculados (nota 7a)	<u>(743)</u>	<u>(743)</u>	<u>(1.042)</u>
(-) Provisão para perdas com outros créditos com característica de concessão de crédito (Nota 8)	<u>(12.996)</u>	<u>(12.996)</u>	<u>(8.530)</u>

d. Rendas de operações de crédito

	<u>Semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	2016	2016	2015
Pessoa jurídica	34.468	67.632	65.378
Financiamentos imobiliários	65.670	133.871	88.248
Empréstimos imobiliários	40.571	82.686	65.733
Pessoa física	117.724	250.815	226.177
Renda bruta de operações de crédito	258.433	535.004	445.536
(-) Despesas de comissões pagas	<u>(17.539)</u>	<u>(45.606)</u>	<u>(78.633)</u>
Total	<u>240.894</u>	<u>489.398</u>	<u>366.903</u>

e. Instituições financeiras

O saldo total, até 31 de dezembro de 2016, dos contratos cedidos com coobrigação, anteriores à vigência da Resolução CMN nº 3.533/08, é de R\$480 (2015: R\$5.012). Para esses valores, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$77 (2015: R\$872).

Durante o exercício de 2016, não houve cessão de recebíveis.

f. Operações de crédito vinculadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Banco possui saldos de operações de cessão de créditos de operações de vendas e transferências de risco com o Banco Itaú, realizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08 do Banco Central do Brasil, e securitização com a Brazilian Securities, conforme abaixo demonstrado:

	2016		2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Cessão bancos	-	-	9.455	1.094
Securitização	3.666	8.675	4.849	11.864
Total	<u>3.666</u>	<u>8.675</u>	<u>14.304</u>	<u>12.958</u>

8 Outros créditos

Compreendem saldos de devedores diversos, bem como créditos tributários sobre diferenças temporárias.

	2016	2015
Circulante		
Adiantamentos a terceiros	1.699	237
Imposto de renda a compensar	3.953	3
Devedores diversos (a)	28.848	7.359
Créditos tributários (b)	30.836	28.466
Depósitos em garantia	-	41
Outros créditos com características de concessão de crédito (Nota 7)	24.211	11.585
(-) Provisão para outros créditos (Nota 7)	<u>(12.996)</u>	<u>(8.530)</u>
Circulante	<u>76.551</u>	<u>39.161</u>
Não circulante		
Créditos tributários (b)	8.169	-
Depósito em garantia (c)	839	737
Outros créditos com características de concessão de crédito (Nota 7)	<u>2.087</u>	<u>11.413</u>
Não circulante	<u>11.095</u>	<u>12.150</u>

- (a) Referem-se a liquidações antecipadas de operações de crédito no valor de R\$26.558 (2015: R\$6.709), recompra de operações de crédito no valor de R\$381 (2015: R\$0), retenções de saldo de cessão no valor de R\$94 (2015: R\$639) e outros valores R\$1.815 (2015: R\$11).

- (b) A expectativa de realização dos créditos tributários constituídos está amparada em estudo de realização do crédito tributário preparado para o ano de 2016.

Período	2016					
	Créditos diferidos		IR		CSLL	
	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente
2017	68.524	65.557	17.131	16.389	13.705	13.111
2018	18.153	16.066	4.538	4.017	3.631	3.213
Total do circulante	68.524	65.557	17.131	16.389	13.705	13.111
Total do não circulante	18.153	16.066	4.538	4.017	3.631	3.213
Total geral	86.677	81.623	21.669	20.406	17.336	16.324

Período	2015					
	Créditos diferidos		IR		CSLL	
	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente
2016	63.259	59.737	15.815	14.934	12.651	11.948
Total do circulante	63.259	59.737	15.815	14.934	12.651	11.948
Total do não circulante	-	-	-	-	-	-
Total geral	63.259	59.737	15.815	14.934	12.651	11.948

Os créditos tributários vencíveis em 2016 são decorrentes de diferenças temporárias relativas às provisões sobre operações de crédito, cuja dedutibilidade ocorre após 180 dias da data de vencimento das operações. A totalidade desses créditos tem sua realização até 2018.

Ademais, estão reconhecidos os créditos relativos às diferenças temporárias decorrentes de provisões cíveis e trabalhistas sobre as operações com realização prevista para 2017.

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média de Certificados de Depósitos Interfinanceiros projetada para os períodos correspondentes (CDI de 12,17% a.a.), está descontado de R\$1.263, apurando-se, assim, o montante a ser realizado de R\$21.669 em 31 de dezembro de 2016.

	31/12/2016		
	Imposto de renda - PJ	Contribuição social sobre o lucro	Saldo de créditos tributários
Itens-base do diferimento			
Diferenças temporárias:			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	76.384	76.384	34.372
Provisão sob ações cíveis	7.199	7.199	3.240
Provisão sob processos trabalhistas	2.817	2.817	1.268
Provisão bens não de uso próprio	277	277	125
Base de cálculo	86.677	86.677	39.005
Alíquota	25%	20%	-
Crédito tributário diferido atual	21.670	17.335	39.005
Créditos tributários - 31/12/2015	63.259	63.259	-
Constituição - 2016	87.831	87.831	-
Realização - 2016	(64.413)	(64.413)	-
Créditos tributários - 31/12/2016	86.677	86.677	-
		Circulante	30.836
		Não circulante	8.169

- (c) Os saldos de depósitos em garantia referem-se a depósitos judiciais correspondentes: i) ao questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/95, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL no valor de R\$798 (2015: R\$737); e ii) a valores bloqueados pelo sistema judicial do Banco Central (BACEN JUD) em contas-correntes mantidas em Instituições Financeiras de R\$41 (2015: R\$41).

9 Outros valores e bens

Os bens não de uso próprio referem-se aos imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos.

A provisão para desvalorização desses imóveis é constituída com base em estimativa realizada pela Administração. A composição desses bens é a seguinte:

	2016	2015
Bens não de uso próprio	37.381	21.896
Bens em regime especial	2.704	520
Estoque de materiais	280	-
Provisão para desvalorização	(277)	(500)
Outros valores e bens	40.088	21.916
Circulante	37.384	21.396
Não circulante	2.704	520

10 Despesas antecipadas

As despesas com comissões pagas aos correspondentes até dezembro de 2014 estão sendo diferidas conforme o prazo de recebimento dos contratos firmados com os respectivos clientes, que são classificados nesta rubrica até a realização futura das rendas pertinentes aos referidos contratos, quando serão apropriadas para o resultado. Já as comissões pagas a partir de 2015 são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294/2013 do Conselho Monetário Nacional. O saldo dessas despesas (circulante e não circulante) representa R\$35.237 em 31 de dezembro de 2016 (2015: R\$42.023).

Demonstramos abaixo a realização das despesas antecipadas para os próximos exercícios sociais:

Ano	Valor da despesa	
	2016	2015
2016	-	17.138
2017	15.473	10.773
2018	13.335	7.579
2019	6.218	3.200
A partir de 2019	211	3.333
Total	35.237	42.023
Circulante	15.473	17.138
Não circulante	19.764	24.885

11 Investimentos

a. Investimentos avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial

Os ajustes dos investimentos, decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial, foram registrados em contas de resultado e podem ser assim apresentados:

Empresas controladas	Capital social	Patrimônio líquido	Participação no capital social	Valor contábil		Resultado de equivalência		
				2016	2015	2º semestre 2016	2016	2015
Intermedium Promotora de Vendas Ltda.	30	327	99,84%	327	327	-	-	-
Interfronting Corretora de Seguros Ltda.	9	1.365	74%	1.010	2.958	(95)	(1.934)	933
Intermedium DTVM Ltda.	2.000	1.001	95%	951	1.458	(317)	(520)	(302)
Total				2.288	4.743	(412)	(2.454)	631

b. Outros investimentos

Durante o exercício de 2016, o Banco adquiriu 5 (cinco) cotas da Câmara Interbancária de Pagamentos e o preço total desta aquisição foi de R\$1.105. Tal investimento está avaliado pelo custo.

12 Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos

a. Depósitos

	2016				2015	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Depósitos à vista	43.454	-	-	-	43.454	21.228
Depósitos interfinanceiros	4.555	5.083	-	-	9.638	54.719
Depósitos a prazo	40.426	126.083	166.459	1.093.912	1.426.880	1.036.172
Total geral	88.435	131.166	166.459	1.093.912	1.479.972	1.112.119

As captações de DPGE perfazem o montante de R\$111.955 (2015: R\$188.540) e são remuneradas à taxa média de 109% do CDI (2015: 109%). Os demais depósitos a prazo possuem taxa média de remuneração de 106% do CDI (2015: 106%).

b. Recursos de aceites e emissão de títulos

	2016				2015	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Letras de Crédito Imobiliário	32.228	321.323	267.585	559.855	1.180.991	904.635
Letras de Crédito Agrícola	11.016	1.601	-	-	12.617	4.248
Letras Financeiras	5.133	-	-	-	5.133	-
Total geral	48.377	322.924	267.585	559.855	1.198.741	908.883

c. Despesas com operações de captação no mercado

	Semestre		Exercícios	
	2016		2015	
	2016	2016	2016	2015
Depósitos interfinanceiros	(1.893)	(6.084)	(5.378)	
Depósitos à prazo	(96.436)	(175.641)	(126.843)	
Letras de crédito imobiliário	(65.724)	(129.647)	(85.232)	
Letras de crédito agrícola	(922)	(1.231)	(1.227)	
Letras financeiras	(457)	(593)	(44)	
Total	(165.432)	(313.196)	(218.724)	

13 Obrigações por empréstimos e repasses

Referem-se a operações de repasse de financiamentos de créditos imobiliários captados com a Caixa Econômica Federal, com taxas entre 4,5% e 6% a.a.

	2016				2015	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Empréstimos e repasses	125	626	3.759	32.931	37.441	39.241
Total geral	125	626	3.759	32.931	37.441	39.241

14 Obrigações por operações de vendas e transferências

Referem-se à securitização de operações de venda e transferências de risco com a Brazilian Securities, bem como à cessão de créditos de operações de vendas e transferências de risco com o Banco Itaú, realizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08 do Banco Central do Brasil.

	2016		
	Circulante	Não circulante	Total
Securitização	2.499	8.675	11.174
Total	2.499	8.675	11.174
	2015		
	Circulante	Não circulante	Total
Securitização	4.544	11.570	16.114
Cessão Banco Itaú	9.321	950	10.271
Total	13.865	12.520	26.385

As operações de crédito vinculadas a cessões estão evidenciadas na Nota Explicativa nº 7 (e).

15 Outras obrigações

	2016	2015
Composição		
Impostos devidos	5.161	7.491
Cessões a pagar e pagamentos diversos (a)	49.928	38.843
Provisão para imposto de renda e contribuição social (b)	798	737
Provisão para dividendos	3.820	4.796
Credores por recursos a liberar (d)	42.682	48.003
Outros (c)	10.093	6.782
Total	112.482	106.652
Circulante	100.116	103.586
Não circulante	12.366	3.066

- (a) “Credores diversos”, no valor de R\$16.922 (2015: R\$21.567); parcelas de cessões de crédito a pagar, no montante de R\$1.053 (2015: R\$1.588); financiamentos a liberar no valor de R\$17.872 (2015: R\$5.679), cheque administrativo, no valor de R\$7.030 (2015: 7.506) e “Outros”, no valor de R\$7.051 (2015: R\$2.503), representados por fornecedores, provisões para despesas de pessoal e provisões para impostos a recolher.
- (b) Compreende o provisionamento dos efeitos do questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/95, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL, no montante de R\$798 (2015: R\$737), cujo depósito judicial no mesmo montante está registrado no ativo realizável a longo prazo (Nota Explicativa nº 8).
- (c) Provisão para contingências relativa a diversas ações cíveis e trabalhistas no valor de R\$10.016 (2015: R\$5.910), conforme divulgado na Nota Explicativa nº 19 e provisão para cessões de créditos com coobrigações no valor de R\$77 (2015: R\$872).
- (d) O saldo de credores por recursos a liberar é representado por valores a liberar a cliente referentes a operações de créditos imobiliários no aguardo do registro do imóvel.

16 Transações com partes relacionadas

	2016		2015	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Controlador				
Captações (depósitos e letras)	(1.869)	(1.788)	(51)	(634)
Controladas				
Captações (depósitos e letras)	(942)	(227)	(3.851)	(378)
Pessoal-chave da Administração				
Captações (depósitos e letras)	(8.864)	(2.079)	(8.383)	(934)
Outras partes relacionadas				
Pessoas físicas e jurídicas relacionadas	(204.462)	(26.115)	(193.770)	(21.764)
FIDIC II / Securitização	6.839	1.118	4.687	905

As captações via depósitos correspondem a CDBs, LCIs e LCAs pós-fixados. Os CDBs possuem remuneração de 100% a 110% do CDI e prazos de 6 a 60 meses. As letras possuem remuneração de 90% a 100% do CDI e prazos mínimos 6 meses.

a. Remuneração dos Administradores do Banco

A remuneração dos administradores do Banco é paga integralmente pela Controladora, sem o respectivo reembolso. O Banco não tem como prática efetuar pagamentos com base em ações deste para os acionistas e os seus administradores.

A remuneração dos administradores do Banco Intermedium para o exercício de 2016 é de, aproximadamente, R\$7.423 (2015: R\$6.389) *ad referendum* à Assembleia Geral Ordinária.

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 19 (d), do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram propostos dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas, no montante de R\$24.331, dos quais R\$16.862 foram destinados para aumento de capital.

17 Imposto de renda e contribuição social

O Banco constituiu provisões temporariamente indedutíveis no montante aproximado de R\$76.384 (2015: R\$56.849), sobre as quais constituiu créditos diferidos relativos a imposto de renda e contribuição social, cujo valor, em 31 de dezembro de 2016, perfazia um montante de R\$34.373 (2015: R\$25.582).

O Banco mantém um saldo de crédito tributário de R\$10.293 (2015: R\$6.410), relativo à provisão para danos morais e trabalhistas no valor de R\$10.016 (2015: R\$5.910) e provisão para desvalorização de bens não de uso próprio no valor de R\$277 (2015: R\$500).

A Administração, com base na Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, do Banco Central do Brasil, entende que serão produzidos resultados suficientes para a absorção de tal crédito, conforme detalhamento apresentado na Nota Explicativa nº 8 (b).

	Semestre		2016		2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.801	13.801	28.045	28.045	36.022	36.022
Adições (exclusões) líquidas:						
Juros sobre capital próprio	(12.165)	(12.165)	(24.331)	(24.331)	(17.720)	(17.720)
Equivalência patrimonial	412	412	2.454	2.454	(631)	(631)
PCLD, líquida	679	679	20.216	20.216	26.537	26.537
Prejuízo fiscal	-	-	-	-	(13.129)	(13.129)
Outras, líquidas	3.001	3.001	3.584	3.584	2.739	2.739
Base de cálculo	5.728	5.728	29.968	29.968	33.818	33.818
Alíquota efetiva (15%)	515	1.146	4.153	5.994	5.072	5.677
Alíquota adicional (10%)	561	-	2.973	-	2.880	-
IRPJ e CSLL diferidos	(1.031)	(825)	(5.855)	(4.684)	(4.012)	(5.570)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	45	321	1.271	1.310	3.940	107

Os recolhimentos por estimativa de imposto de renda e contribuição social foram, respectivamente, R\$13.164 e R\$7.913 (em 2015: R\$6.825 e R\$4.635, respectivamente).

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 11.853.825 ações nominativas, sendo 6.030.415 ordinárias e 5.823.410 preferenciais, todas sem valor nominal.

- Em 23 de março de 2016, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social no valor de R\$5.170, passando de R\$281.245 para R\$286.415, com utilização de juros sobre o capital próprio. O aumento foi aprovado no Banco Central do Brasil em 06 de junho de 2016.
- Em 30 de junho de 2016, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social no valor de R\$5.171, passando de R\$286.415 para R\$291.586, com utilização de juros sobre o capital próprio.
- Em 30 de setembro de 2016, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social no valor de R\$5.170, passando de R\$291.586 para R\$296.756, com utilização de juros sobre o capital próprio.
- Em 31 de outubro de 2016, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento do capital social no valor de R\$4, passando de R\$291.756 para R\$296.760.
- Em 30 de dezembro de 2016, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social no valor de R\$1.351, passando de R\$296.760 para R\$298.111, com utilização de juros sobre o capital próprio. A referida ata está em processo de homologação no Banco Central do Brasil.

b. Reserva legal

É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

Nos exercícios anteriores, após a constituição da Reserva Legal, a Administração do Banco optou por destinar o saldo remanescente de lucros para constituição de Reserva de Retenção de Lucros.

d. Dividendos e Juros sobre o capital próprio

O Banco Intermedium adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social e artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

As destinações do resultado dos exercícios 2016 e 2015 estão apresentadas a seguir:

Destinação do Resultado	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido	25.464	31.975
Reserva Legal	1.274	1.599
JSCP pagos e dividendos provisionados	24.331	18.751
Reserva estatutária	(141)	11.625

- (i) Em 2016 foram efetuados pagamentos trimestrais a título de Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$6.083 conforme definido pelo Conselho de Administração.

Durante o exercício de 2016, foi proposto aos acionistas o montante de R\$24.331, segregado entre dividendos e juros sobre o capital próprio. Deste total, R\$16.862 foram destinados para aumento de capital.

Os dividendos antecipados e os Juros sobre o Capital Próprio já pagos foram imputados à distribuição do exercício de 2016, restando provisionado o montante de R\$3.820 a pagar após deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor pago/ provisionado	Valor por ação	Valor pago/ provisionado	Valor por ação
Juros sobre capital próprio pago no exercício	20.511	1,73	13.955	1,12
Dividendos provisionados	3.820	0,32	4.796	0,38

e. Ações em tesouraria

No exercício de 2016, a Administração do Banco optou por recomprar 100.400 ações a serem mantidas em tesouraria. O saldo de ações em Tesouraria em 31 de dezembro de 2016 é de R\$2.004 (2015: R\$1.358).

f. Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo de ajuste de avaliação patrimonial é de R\$355 (2015: R\$118) e corresponde aos títulos públicos federais disponíveis para venda, que são marcados a mercado.

g. Lucro por ação

	2º semestre	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido atribuível aos acionistas (R\$ mil)	13.435	25.464	31.975
Número médio de ações	11.854	11.852	11.848
Lucro por ação (R\$)	1,13	2,15	2,70

19 Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

a. Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente pelo Banco, uma vez que trata-se de ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Banco.

b. Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

O Banco Intermedium é parte em processos judiciais de naturezas trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para contingências são estimadas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. Há provisão para contingências relativas a diversas ações cíveis e trabalhistas no valor de R\$10.016 (2015: R\$5.910), registrada sob a rubrica “outras obrigações”, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 15 (c). Vide movimentação dos saldos no item “c”.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a sua prescrição.

b.1 Movimentação das provisões e classificação por natureza

Natureza	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 30 de junho de 2016	1.652	5.453	7.105
Constituições/atualizações	1.640	2.980	4.620
Pagamentos/reversões	(475)	(1.234)	(1.709)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.817	7.199	10.016
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.744	4.166	5.910
Constituições/atualizações	2.096	6.222	8.318
Pagamentos/reversões	(1.023)	(3.189)	(4.212)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.817	7.199	10.016

c. Passivos contingentes com perdas possíveis

c.1 Passivos contingentes fiscais classificados como perdas possíveis

c.1.1 Imposto de renda e contribuição social

- (i) Compreende o provisionamento dos efeitos do questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/95, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL, no montante de R\$798, cujo depósito judicial no mesmo montante está registrado no ativo realizável a longo prazo.
- (ii) Em 30 de agosto de 2013, foi lavrado auto de infração para constituir créditos tributários a título de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-calendário de 2008 a 2009, acrescidos de multa de ofício (qualificada) de 150% e dos juros de mora, bem como para aplicar multa isolada de 50% sobre valores de estimativas de IRPJ e de CSLL. Seguem valores atualizados:

Principal de R\$10.300, multa de R\$19.883, juros de R\$15.265 - Total R\$45.448.

Os autos de infração têm por objetivo glosa de despesas incorridas com prestação de serviços. Tendo em vista a situação fática em discussão e os argumentos de defesa do Banco, avaliamos a expectativa de desfecho como possível, mas com menor probabilidade de perda.

c.1.2 COFINS

- (i) O Banco Intermedium possui decisão do Supremo Tribunal Federal, datada de 19 de dezembro de 2005, garantindo o direito de recolhimento da COFINS com base na receita de prestação de serviços. Durante o período de 1999 a 2006, o Banco efetuou depósito judicial e/ou realizou o pagamento da obrigação. Em 2006, o Banco, mediante decisão favorável do Supremo Tribunal Federal e concordância expressa da Receita Federal, realizou o levantamento do depósito judicial. Ademais, a habilitação dos créditos sobre o recolhimento dos impostos foi homologada sem questionamento pela Receita Federal do Brasil, em 11 de maio de 2006.
- (ii) Em 2 de julho de 2010, a Receita Federal do Brasil, contrariando decisão do Supremo Tribunal Federal, transitada em julgado, conforme especificado no item B acima, abriu processo administrativo cobrando os valores dos depósitos judiciais referentes à COFINS levantados pelo Banco nos autos do Mandado de Segurança nº 1999.38.00.016025, sendo os valores atualizados para dezembro de 2016: principal R\$1.255, multa R\$251, juros R\$2.237 — Total de R\$3.743.

Em 5 de outubro de 2010, foi deferida liminar determinando o processamento da defesa apresentada nos autos do Processo Administrativo, com recurso hierárquico, com suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

- (iii) Em 14 de julho de 2010, a Receita Federal do Brasil abriu processo administrativo cobrando os valores dos pedidos de restituição/compensação pagos a maior a título de COFINS levantados pelo Banco nos autos do Mandado de Segurança nº 1999.38.00.016025, sendo os valores atualizados até dezembro de 2016: principal R\$3.496, multa R\$699, juros R\$3.796 — Total R\$7.991.

Após protocolo de Manifesto de Inconformidade, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais determinou o sobrestamento do processo administrativo até o julgamento do Supremo Tribunal Federal.

- (iv) Em 11 de novembro de 2010, foram lavrados autos para constituir créditos tributários a título de PIS e COFINS, acrescidos de multa de ofício de 75% e dos juros de mora no período de março de 2006 a dezembro de 2008. Os recolhimentos das contribuições em questão foram considerados insuficientes.

- **COFINS:** Principal de R\$5.730, multa de R\$4.297 e juros de R\$10.013 — Total de R\$20.040.

Após protocolo de Manifesto de Inconformidade, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais determinou o sobrestamento do processo administrativo até o julgamento do Supremo Tribunal Federal.

- (v) Em 15 de dezembro de 2014, foi lavrado auto de infração para constituir crédito tributário a título de COFINS, relativo ao período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011, acrescidos de multa de ofício de 75% e dos juros de mora.

Principal de R\$11.212, multa de R\$8.409, juros de R\$8.851 - Total R\$28.472.

O auto de infração foi lavrado sob o fundamento de que o Banco teria efetuado recolhimentos insuficientes da contribuição em questão. Tendo em vista os argumentos de defesa do Banco, avaliamos a expectativa de desfecho como possível, mas com menor probabilidade de perda.

- (vi) Em 9 de outubro de 2015, o Banco foi intimado acerca do despacho decisório que indeferiu o direito creditório de compensar débitos com créditos decorrentes de pagamentos considerados indevidos pelo Banco, efetuados a título de COFINS (meses de janeiro e fevereiro de 2014).

Em 3 de novembro de 2015, foi protocolada a manifestação de inconformidade, para a qual aguarda-se manifestação.

Principal de R\$1.367, multa de R\$273, juros de R\$438 — Total R\$2.078.

c.2 Outros passivos contingentes classificados como perdas possíveis

O Banco Intermedium mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos em que figura como “autor” ou “réu” e, amparado na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de perda. Assim, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível ou remota não são reconhecidos contabilmente e os principais processos não relacionados a obrigações fiscais, com classificação de perda possível, possuem estimativa de valor dos assessores jurídicos de R\$20.487 em 31 de dezembro de 2016 (2015: R\$14.220).

20 Outras despesas administrativas

	<u>Semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	2016	2016	2015
Prestação de serviços	(2.079)	(5.341)	(5.551)
Processamento de dados	(11.078)	(19.317)	(10.802)
Aluguel	(1.963)	(4.195)	(4.800)
Comunicação	(1.925)	(3.544)	(2.742)
Despesas bancárias	(2.319)	(4.138)	(3.467)
Serviços técnicos especializados	(4.631)	(8.481)	(5.756)
Propaganda e publicidade	(3.544)	(5.743)	(4.033)
Outros	(5.649)	(11.080)	(12.318)
Total	<u>(33.188)</u>	<u>(61.839)</u>	<u>(49.469)</u>

21 Outras receitas operacionais

	<u>Semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	2016	2016	2015
Recuperação de encargos	4.712	9.249	8.715
Outras rendas	2.840	6.309	1.059
Total	<u>7.552</u>	<u>15.558</u>	<u>9.774</u>

22 Outras despesas operacionais

	<u>Semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	2016	2016	2015
Amortização e depreciação	(647)	(1.275)	(3.328)
Descontos concedidos	(1.285)	(4.465)	(4.758)
Despesas com portabilidade	(513)	(981)	(1.956)
Prejuízo na alienação de valores	(1.886)	(3.084)	(992)
Outras despesas	(617)	(1.592)	(3.923)
Total	<u>(4.948)</u>	<u>(11.397)</u>	<u>(14.957)</u>

23 Outras informações

No Grupo Intermedium, a gestão dos Riscos de Crédito, Liquidez, Mercado e Operacional e Responsabilidade Socioambiental é realizada de forma contínua e autônoma, se apoia em políticas e estratégias estruturadas e em uma equipe técnica adequadamente capacitada.

A gestão de riscos deve ser tratada como atividade essencial e vital para o crescimento sustentável das operações do grupo e, para isso, mantém e cumpre um conjunto de normas e procedimentos para assegurar a qualidade dos serviços e produtos ofertados aos seus *stakeholders*.

O Grupo Intermedium possui, ainda, a Comissão de Auditoria e o Comitê de Riscos e Capital, que são formados por integrantes da Alta Direção do Grupo, inclusive do Conselho de Administração, tomando decisões colegiadas, objetivando a supervisão e a avaliação da efetividade dos controles internos, da qualidade e da integridade das informações trabalhadas e do desempenho das auditorias interna e independente.

Mais detalhes sobre a estrutura de gestão de riscos do Grupo estão disponíveis no sítio eletrônico www.intermedium.com.br, no *link* Informações Corporativas.

a. Gestão de riscos de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As funções de gerenciamento de risco de liquidez compreendem um conjunto de atividades funcionais que permeiam toda a “cadeia de negócio”, desenvolvimento de produtos, negociação e desembolso de operações, e o acompanhamento da efetividade dos processos e controles utilizados.

No Grupo Intermedium, essa gestão é também avaliada semanalmente pelo Comitê de Caixa com o objetivo de organizar, avaliar e monitorar o risco de liquidez, estabelecendo processos, ferramentas e limites necessários para a geração e a análise de cenários prospectivos de liquidez e o acompanhamento dos níveis de apetite aos riscos estabelecidos pela Alta Administração, em linha com a Resolução nº 4.090 do CMN.

b. Gestão de riscos de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva do Banco.

A supervisão dos riscos permite a análise de exposições diante dos limites estabelecidos e a identificação de tendências por meio da utilização de modelos específicos, bem como o controle das exigências de capital.

No Grupo Intermedium, a gestão do risco de mercado tem, entre outros, o objetivo de apoiar as áreas de negócios, estabelecendo processos e implementando ferramentas necessárias para avaliação e controle dos riscos relacionados, possibilitando a mensuração e o acompanhamento dos níveis de apetite a risco definidos pela Alta Administração.

b.1 Análise de sensibilidade

O Banco acompanha o risco de taxas de juros para sua carteira, com utilização de choque nas taxas de juros que possam causar impactos na carteira da Instituição. Tal procedimento permite realizar inferências sobre o risco das posições quando comparados aos patamares atuais dos preços de mercado e seu comportamento histórico.

O demonstrativo abaixo contém a análise de sensibilidade dos ativos classificados nas carteiras indexadas às taxas de maior exposição do Banco, quais sejam IGPM e taxa PRÉ.

Fator de risco	Normalidade	IGPM	PRÉ
Choque			
CENÁRIO 1	382.780		
Choque por <i>base points</i>			
-50 bps	CENÁRIO 3	390.850	394.178
-25 bps	CENÁRIO 2	386.782	388.451
+25 bps	CENÁRIO 2	378.841	377.164
+50 bps	CENÁRIO 3	374.964	371.602

Para subsidiar a análise foram considerados os seguintes cenários:

- **CENÁRIO 1** - situação provável tendo por base as variáveis de mercado como curvas IGPM e PRÉ impactadas, respectivamente, por choques paralelos, com base na variação das curvas de mercado para a respectiva data base com o período de 1 ano.
- **CENÁRIO 2** - situação de deterioração e de elevação de 25 *base points* nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos nas curvas IGPM e PRÉ para data base.
- **CENÁRIO 3** - situação de deterioração e de elevação de 50 *base points* nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos nas curvas IGPM e PRÉ para data base.

c. Gestão de riscos operacionais

De acordo com a Resolução 3.380/2006 do CMN, risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como às sanções legais em razão do descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O Grupo Intermedium trata todos os apontamentos de riscos identificados nos mapeamentos de seus processos, bem como aqueles considerados pelas auditorias e pelos reguladores como risco operacional, e, através deste trabalho, cria ações que mitigam esses apontamentos.

Para alocação de capital para o risco operacional, o Grupo Intermedium adotou a metodologia do Indicador Básico de mensuração ou BIA, conforme previsto no art. 1º da Circular nº 3.640, de 4 de março de 2013.

d. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

O objetivo da gestão do risco de crédito é apoiar a Alta Administração no processo decisório, definindo estratégias e políticas, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração do Grupo.

O Grupo Intermedium realiza a gestão do risco de crédito com apoio do Comitê de Riscos e Capital, adotando critérios de governança através de instrumentos e ferramentas que permitem a identificação, a avaliação, a mensuração, o acompanhamento e o reporte do risco incorrido em suas atividades nas principais etapas, seja na concessão, no monitoramento ou na recuperação de crédito. Não obstante, testes de estresse são usados para mensurar possíveis perdas em diversos cenários que a área de risco julgue prováveis.

Em atendimento à Circular nº 3.477 do Conselho Monetário Nacional, as informações sobre gestão de riscos e capital encontram-se no endereço https://www.intermedium.com.br/arquivos/pdf/gerenciamento_riscos_capital.pdf.

e. Ouvidoria

A Ouvidoria do Grupo Intermedium atua como canal de relacionamento entre os clientes e usuários dos produtos e serviços ofertados e no tratamento e na mediação de conflitos. A Ouvidoria tem por escopo buscar soluções ágeis e efetivas, atuando com transparência e imparcialidade e, ainda, possui o compromisso de promover melhorias nos serviços prestados. As ocorrências recebidas pela Ouvidoria são analisadas e atendidas, de modo conclusivo e formal, em até 10 dias úteis, em estrita consonância com a Resolução nº 4.433/15 do Banco Central do Brasil.

f. Índice de Basileia

Em 30 de junho de 2011, em linha com o Pilar II de Basileia, o Banco Central do Brasil (Bacen) divulgou a Resolução CMN nº 3.988, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

No segundo semestre de 2014, o Banco Central do Brasil publicou vários normativos relacionados à gestão de riscos, complementando outras publicações relacionadas à Basileia III. Uma delas, a Circular nº 3.714/2014, alterou artigos da Circular nº 3.644/2013, impactando o Índice de Basileia e, conseqüentemente, aumentando as suas disponibilidades na oferta de crédito.

A Resolução nº 4.388/2014, que altera as disposições das demais resoluções relativas à gestão de riscos, incluindo a partir de janeiro de 2015 a necessidade de gerir os riscos do Conglomerado Prudencial, ou seja, das empresas que compõem o Catálogo de Documento (CADO) 4060, e apuração dos números do Grupo através deste documento.

O Banco Intermedium S.A. possui mecanismos que possibilitam a identificação e a avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) relacionado aos riscos do Pilar I. As políticas e as estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pelo Banco. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital. Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

Destaca-se que a partir de 1º de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

- I. Nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar.
- II. Nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 1º de outubro de 2013 até 31 de dezembro de 2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013, a partir de 1º de janeiro de 2015.

Todas as citações ao PR e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) ou PRMR, em datas anteriores a 1º de outubro de 2013, referem-se à metodologia de Basileia II e foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 3.444/2007 e nº 3.490/2007, respectivamente.

DLO - DOCUMENTO DE LIMITES OPERACIONAIS
ÍNDICE DE BASILÉIA
DETALHAMENTO DAS MARGENS DE REQUERIMENTO RELATIVAMENTE AO RWA

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA COMPARAÇÃO COM O RWA	342.568	324.849
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	342.568	-
ATIVOS PONDERADOS POR RISCO (RWA)	1.856.016	1.617.490
RWA PARA RISCO DE CRÉDITO POR ABORDAGEM PADRONIZADA - RWA _{CPAD}	1.515.024	1.355.119
RWA PARA RISCO DE MERCADO	11.074	-
RWA PARA RISCO OPERACIONAL POR ABORDAGEM PADRONIZADA - RWA _{OPAD}	329.919	262.371
MARGEM SOBRE O PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA REQUERIDO	159.286	146.925
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA (PRE)	183.282	-
MARGEM SOBRE O PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I REQUERIDO	231.207	227.799
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I PARA COMPARAÇÃO COM RWA	342.568	324.849
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I	342.568	324.849
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA	111.361	97.049
MARGEM SOBRE O CAPITAL PRINCIPAL REQUERIDO	259.047	252.061
CAPITAL PRINCIPAL PARA COMPARAÇÃO COM RWA	342.568	324.849
CAPITAL PRINCIPAL - CP	342.568	-
CAPITAL PRINCIPAL MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA	83.521	72.787
MARGEM SOBRE O PR CONSIDERANDO A R _{BAN}	128.518	112.173
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA E PARA RBAN	214.050	212.676
VALOR CORRESPONDENTE AO R _{BAN}	30.768	34.752
CAPITAL PRINCIPAL MÍNIMO REQUERIDO PARA MANUTENÇÃO DE INSTRUMENTOS ELEGÍVEIS AO CAPITAL COMPLEMENTAR	95.121	82.896
CAPITAL PRINCIPAL MÍNIMO REQUEIRDO PARA MANUTENÇÃO DE INSTRUMENTOS ELEGÍVEIS AO NÍVEL II	83.521	-
ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA	11.600	-
SITUAÇÃO PARA VERIFICAÇÃO DO ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL	128.518	-
ADICIONAL DE CONSERVAÇÃO DE CAPITAL PRINCIPAL (ACP _{conservação})	11.600	-
MARGEM SOBRE O ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL	116.918	-
ÍNDICE DE BASILÉIA:	18,46%	20,08%

g. Responsabilidade socioambiental

Além daquilo que a Resolução nº 4.327/2014 apregoa, para o Grupo Intermedium responsabilidade socioambiental é quando a própria organização, clientes, usuários, fornecedores ou prestadores de serviços, de forma voluntária, adotam posturas, comportamentos e ações que promovam o bem-estar dos seus públicos interno (funcionários, acionistas etc.) e externo (comunidade, parceiros, meio ambiente etc.). É uma prática voluntária, que envolve o benefício da coletividade e não deve ser confundida exclusivamente por ações compulsórias impostas pelo regulador.

Nos negócios realizados pelo Grupo e nos produtos por ele ofertados, são realizadas avaliações específicas sobre a exposição aos riscos relacionados à responsabilidade socioambiental de suas atividades, incluindo a concessão de crédito e até mesmo a contratação de serviços terceirizados ou fornecedores. A gestão dos riscos relacionados consiste em avaliar os aspectos socioambientais com os quais o cliente esteja envolvido quanto ao atendimento à legislação ambiental, condições de trabalho, uso dos recursos naturais, gestão de resíduos etc., e estabelecer o seu nível de risco socioambiental em relação ao seu relacionamento com o Grupo Intermedium.

Conselho de Administração

Rubens Menin Teixeira de Souza - Presidente

João Vitor Nazareth Menin Teixeira de Souza - Conselheiro

José Felipe Diniz - Conselheiro

Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez - Conselheiro

Cristiano Henrique Vieira Gomes - Conselheiro

Presidente

João Vitor Nazareth Menin Teixeira de Souza

Diretoria Executiva

Alexandre Riccio de Oliveira

Marco Túlio Guimarães

Diretoria

Sebastião Luiz da Silva

Contador responsável

Sicomar Benigno de Araújo Soares - CRC-MG 67.120-O-3